

Professores propõem ensino pré-escolar com alimentos e médicos para os alunos

Regis Farr

Blumenau — Uma política de atendimento pré-escolar que atinja toda a população e que amplie a assistência escolar, estendendo-a à saúde e à alimentação, por exemplo, é uma das reivindicações dos professores que participaram do Seminário Nacional sobre a Lei de Reforma de Ensino, que terminou ontem. Manifesto assinado por 11 entidades de docentes apresenta 13 pontos que, uma vez tornados realidade, levariam, na opinião dos professores, a um ensino de melhor qualidade.

O documento critica a lei e seus desdobramentos por não atenderem "às reivindicações das camadas populares, pela concepção curricular que enfraquece o conteúdo básico do ensino pelo enfraquecimento da formação de professores para as primeiras séries do 1º grau". Apesar de todas as críticas os professores são contra a substituição da lei por uma outra, no atual momento, porque, acham que esta também não resultaria "de um debate mais amplo de todos os segmentos interessados no processo da educação".

REFORMAS NECESSÁRIAS

O documento, apresentado como manifesto das entidades de classe do magistério presentes ao Encontro, que se estendeu por cinco dias, apresenta as críticas à Lei da Reforma do Ensino e alguns dos pontos considerados essenciais à sua melhoria, defendidos durante o Encontro pela maior parte de seus participantes.

Os professores afirmam que os pontos apresentados no documento devem ser debatidos por educadores e autoridades no sentido de se chegar, a curto prazo, a uma fórmula de sua aplicação à realidade escolar. Outro item de manifesto é o pedido do fim da promoção automática no 1º grau, "que tem sido utilizada como expediente para disfarçar a ineficiência do ensino, em nome do avanço progressivo".

Outra reivindicação dos professores que participaram do seminário é a do cumprimento da Lei de Reforma de Ensino em alguns de seus pontos, como a obrigatoriedade do ensino gratuito de 1º grau, a valorização do aperfeiçoamento profissional do professor que deveria ser pago, de acordo com os próprios, em função de seu nível de formação e não do nível de escola em que lecionam.

Todos os participantes criticaram o ensino profissionalizante que teve seu fim pedido no documento. Os professores são contra as habilitações básicas e a favor do reforço, no 2º grau, de matérias básicas, como Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, História, Geografia, Matemática, Física, Química e Biologia.

As entidades de professores querem que seja extinta a disciplina Moral e Cívica, "que sobrevém em regimes autoritários. A verdadeira educação moral e cívica é aquela obtida através do exercício democrático na escola e na vida cotidiana". Propõem a recuperação das escolas normais e das técnico-profissionalizantes, com bolsas-de-estudo e regime de tempo integral para seus alunos.

Os demais pontos do documento são: a participação da comunidade nas decisões da vida escolar, através da eleição de diretores; a participação das entidades dos professores nos Conselhos Estaduais de Educação e demais órgãos oficiais, "visando garantir a contribuição do magistério na definição da política educacional"; o direito à sindicalização para os professores da rede pública.

E mais: ensino público é gratuito em todos os níveis; elevação das verbas governamentais para a Educação, com um mínimo de 12% a nível federal e 25% a nível estadual; e o fim da intervenção no Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro.

Assinam o documento: Confederação de Professores do Brasil, CEP/RJ, Associação dos Professores do Paraná, Associação dos Professores Licenciados do Paraná, Associação do Pessoal do Magistério do Paraná, Associação dos Licenciados de Santa Catarina, Associação Campo-Grandense de Professores, Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais, Sindicato dos Professores de Brasília e Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.